

Inspirali Educação S/A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente.



Prezado Acionista,

Apresentamos abaixo os principais números do quarto trimestre de 2024.

Receita Operacional Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 3.153,2 milhões.

Custos e Lucro Bruto

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.182,0 milhões, equivalente a 37% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 1.971,2 milhões, equivalente a 63% da receita operacional líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 794,4 milhões, representando 25% da receita operacional líquida.

Resultado Financeiro

Foram contabilizados R\$ 495,9 milhões de despesas financeiras e R\$ 140,1 milhões de receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 2,3 milhões e de R\$ 7,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro Líquido

A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 467,5 milhões, representando 15% da receita operacional líquida.

Caixa e Aplicações Financeiras

Encerramos o quarto trimestre de 2024 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 905,2 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação.



Investimentos

Finalizamos o quarto trimestre de 2024 com investimentos consolidados de R\$ 102,6 milhões, equivalente a 3% da receita líquida.

Empréstimos

Encerramos o quarto trimestre de 2024 com o saldo de R\$ 2.022,7 milhões em empréstimos, representado basicamente pela segunda emissão de debênture.

Declaração da Diretoria

Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Tiago Garcia Moraes
Diretor Financeiro e Relações com Investidores



Shape the future
with confidence

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG – Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Inspirali Educação S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspirali Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.



Shape the future with confidence

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação das conciliações da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.



**Shape the future
with confidence**

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 2.707.202 mil e R\$ 1.236.111 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomas Menezes
Contador MG-090648/O

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.264	86.850	94.324	139.617
Aplicações financeiras	6	508.042	436.511	810.850	744.056
Contas a receber	7	684	11	578.456	533.903
Adiantamentos diversos	8	661	555	26.072	26.920
Impostos e contribuições a recuperar	9	11.371	11.761	29.552	41.212
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	-	612
Contas a receber com partes relacionadas	29	51	9.569	11.222	46.811
Dividendos a receber	29	216.756	290.565	-	-
Outros ativos circulantes		44	74	6.125	4.878
		797.873	835.896	1.556.601	1.538.009
Ativos mantidos para venda	13	-	-	-	32.000
Total do Ativo Circulante		797.873	835.896	1.556.601	1.570.009
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	7	-	-	75.249	27.730
Impostos e contribuições a recuperar	9	12.551	9.969	35.530	34.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.905	1.831	-	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	216.351	247.335
Depósitos Judiciais	22	70	487	127.345	125.534
Créditos com partes relacionadas	29	-	-	-	76
Outros ativos não circulantes		-	-	9.191	6.757
Investimentos	12	2.926.110	2.874.761	1.672	1.672
Imobilizado	13	1.261	766	388.652	415.222
Direitos de uso de arrendamentos	14	-	-	689.703	794.198
Intangível	15	54.242	46.725	4.519.201	4.557.684
Total do Ativo Não Circulante		2.996.139	2.934.539	6.062.894	6.211.191
TOTAL DOS ATIVOS		3.794.012	3.770.435	7.619.495	7.781.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		3.010	3.335	155.056	132.147
Contas a pagar com partes relacionadas	29	284	1.129	35.138	24.423
Arrendamentos a pagar	14	-	-	109.600	117.587
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	27.680	560.474	27.680	560.486
Obrigações sociais e salariais	17	8.708	14.721	117.925	169.925
Obrigações tributárias	18	1.280	1.337	40.567	43.385
Adiantamentos de Clientes	19	290	986	92.616	97.376
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.565	13.404
Contas a pagar por aquisições	21	2.276	11.927	12.211	18.742
Dividendos a pagar	29	81.147	76.835	81.147	79.330
Outros passivos circulantes		-	-	36.834	48.710
Total do Passivo Circulante		124.675	670.744	722.339	1.305.515
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	14	-	-	747.722	846.505
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.995.067	1.482.187	1.995.067	1.482.187
Adiantamentos de Clientes	19	-	-	8.589	9.310
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	47.704	44.239
Contas a pagar por aquisições	21	952	11.209	59.355	50.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	39.257	30.780
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	-	-	387.060	444.655
Outros passivos não circulantes		1	-	123.515	100.110
Total do Passivo Não Circulante		1.996.020	1.493.396	3.408.269	3.008.134
TOTAL DOS PASSIVOS		2.120.695	2.164.140	4.130.608	4.313.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	357.143	355.907	357.143	355.907
Reserva de capital	23	945.259	945.259	945.259	945.259
Ajuste de avaliação patrimonial	23	17.702	19.559	17.702	19.559
Reservas de lucros	23	353.213	285.570	353.213	285.570
Total do Patrimônio Líquido		1.673.317	1.606.295	1.673.317	1.606.295
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.815.570	1.861.256
		1.673.317	1.606.295	3.488.887	3.467.551
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.794.012	3.770.435	7.619.495	7.781.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	25	-	-	3.153.185	3.013.823
Custo dos produtos e serviços	26	-	-	(1.181.953)	(1.212.757)
Lucro Bruto		-	-	1.971.232	1.801.066
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	26	-	-	(224.470)	(204.097)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(126.582)	(139.959)
Gerais e administrativas	26	(46.721)	(64.237)	(794.430)	(884.867)
Resultado de equivalência patrimonial	12	617.999	616.978	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(6.799)	76.209	(8.091)	28.661
		564.479	628.950	(1.153.573)	(1.200.262)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		564.479	628.950	817.659	600.804
Receitas financeiras		40.600	70.632	140.147	148.742
Despesas financeiras		(280.567)	(318.877)	(495.883)	(529.404)
Resultado financeiro líquido	28	(239.967)	(248.245)	(355.736)	(380.662)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		324.512	380.705	461.923	220.142
IRPJ e CSLL correntes	10	-	-	(2.323)	(4.466)
IRPJ e CSLL diferidos	10	74	55	7.858	4.759
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		324.586	380.760	467.458	220.435
Participação da controladora		324.586	380.760	324.586	380.760
Participação de Não controladores		-	-	142.872	(160.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	324.586	380.760	467.458	220.435
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	324.586	380.760	467.458	220.435
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À:				
Participação da controladora	324.586	380.760	324.586	380.760
Participação de Não controladores	-	-	142.872	(160.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social		Reserva de lucros							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucros	Reserva legal	Dividendos propostos adicionais	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	355.907	945.259	(89.295)	196.645	-	148.742	-	1.557.258	1.951.774	3.509.032	
Ganho no aumento de capital de controladora	-	-	103.947	-	-	-	-	103.947	88.596	192.543	
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	4.907	-	-	-	-	4.907	(4.181)	726	
Aquisição de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.697)	(3.697)	
Dividendos distribuídos	-	-	-	(196.645)	-	(148.742)	(95.190)	(440.577)	(10.911)	(451.488)	
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	285.570	-	-	(285.570)	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	380.760	380.760	(160.325)	220.435	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	355.907	945.259	19.559	285.570	-	-	-	1.606.295	1.861.256	3.467.551	
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.857)	-	-	-	-	(1.857)	-	(1.857)	
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.398)	(173.398)	
Aumento de Capital	1.236	-	-	-	-	-	-	1.236	-	1.236	
Dividendos distribuídos	-	-	-	(175.797)	-	-	(81.146)	(256.943)	(15.160)	(272.103)	
Constituição reserva de lucros	-	-	-	243.440	-	-	(243.440)	-	-	-	
Constituição reserva legal	-	-	-	(19.038)	19.038	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	324.586	324.586	142.872	467.458	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	357.143	945.259	17.702	334.175	19.038	-	-	1.673.317	1.815.570	3.488.887	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		324.586	380.760	467.458	220.435
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6/26	-	-	126.582	139.959
Atualização (reversão) depósitos judiciais	22	431	(228)	(468)	(4.697)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	13/15/26	8.658	5.477	229.305	267.238
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	-	115.959	134.293
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	-	39	5.232	19.616
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	-	(5.017)	(24.043)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(617.999)	(616.978)	-	-
Desp. de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcel. impostos	16	277.661	315.490	277.661	315.647
Perda por <i>impairment</i>	15	-	-	516	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22/26	-	-	4.122	32.221
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	1.541	8.940	4.176	16.189
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	14/28	-	-	103.567	115.050
Multa entrega de imóveis	14/28	-	-	1.528	47.947
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14	-	-	-	(224)
Valor justo ativo disponível para venda		-	-	-	7.305
Valor justo bolsa Proies		-	-	17.062	13.089
Valor justo Ean Out		(2.895)	(40.055)	(2.895)	(69.297)
Extinção de débito com controladora		-	(40.475)	-	(40.475)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	(74)	(55)	(5.535)	(293)
Despesa cessão recebíveis do imóvel da PGP		-	-	4.391	-
		(8.091)	12.915	1.343.644	1.189.960
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(673)	1.605	(239.820)	(74.378)
Redução (aumento) de contas a receber partes relacionadas		9.518	(8.529)	35.589	32.025
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(106)	(125)	1.029	17.694
Redução (aumento) de depósitos judiciais	22	(14)	(259)	5.060	(14.565)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		(2.192)	(12.602)	11.117	(9.091)
Redução (aumento) de outros ativos		30	3.720	25.745	13.479
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários		-	-	479	(9.419)
[Redução] aumento de fornecedores		(325)	1.275	22.817	(22.223)
[Redução] aumento de contas a pagar partes relacionadas		(845)	994	10.705	(97.206)
[Redução] aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		(6.070)	11.393	(29.137)	51.794
[Redução] aumento de adiantamento de clientes		(696)	986	(9.618)	14.828
[Redução] aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	(8.097)	(9.543)
[Redução] aumento de títulos a pagar		-	(2.816)	19.247	21.132
[Redução] aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-	-	(46.041)	(61.389)
[Redução] aumento de outros passivos		2	1	(2.678)	(5.670)
[Redução] aumento de créditos tributários		-	-	(8.861)	-
		(1.371)	(4.357)	(212.464)	(152.532)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Juros pagos empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(290.175)	(316.220)	(290.175)	(316.331)
Juros pagos sobre arrendamentos	14	-	-	(103.567)	(115.050)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.494)	(3.597)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(299.637)	(307.662)	735.944	602.450
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital de não controladores			-	-	(22.767)
Aumento de capital em controlada		(68.608)	(30.268)	-	-
Reserva de capital em controlada		(60)	-	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	(3.698)	(9.472)	(3.697)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(30.669)	148.787	27.949	135.331
Rendimento de aplicações financeiras		(40.862)	(70.258)	(94.743)	(110.208)
Compra de ativo imobilizado	13	(727)	(528)	(69.995)	(83.059)
Compra de ativo intangível	15	(15.943)	(40.288)	(32.646)	(67.456)
Dividendos recebidos		709.127	571.773	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		552.258	575.520	(178.907)	(151.856)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas		-	17.463	76	(105)
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		1.992.600	-	1.992.600	4.926
Amortizações	16	(2.000.000)	-	(2.000.012)	(6.074)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(20.411)	(73.315)	(37.543)	(98.964)
Pagamento de arrendamentos	14	-	-	(105.961)	(111.888)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	14	-	-	(8.784)	(21.162)
Amortização de ações preferenciais		-	-	(173.398)	-
Aumento de capital/Custo de captação		1.236	-	1.236	-
Dividendos pagos		(252.632)	(280.967)	(270.544)	(293.163)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(279.207)	(336.819)	(602.330)	(526.430)
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) GERADO NO EXERCÍCIO		(26.586)	(68.961)	(45.293)	(75.836)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	86.850	155.811	139.617	215.453
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6	60.264	86.850	94.324	139.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	25	-	-	3.271.918	3.124.996
Outras receitas		2.395	41.105	28.282	167.491
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7/26	-	-	(126.582)	(139.959)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	(966)	(121.855)	(72.005)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.322)	20.609	(629.399)	(699.737)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		(19.927)	60.748	2.422.364	2.380.786
Depreciação e amortização	26	(8.658)	(5.477)	(345.264)	(401.531)
Rateio depreciação e amortização	26	(100)	(119)	(52.424)	(34.570)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(28.685)	55.152	2.024.676	1.944.685
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		617.999	616.978	-	-
Receitas financeiras	28	40.600	70.632	140.147	148.742
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		629.914	742.762	2.164.823	2.093.427
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO					
		629.914	742.762	2.164.823	2.093.427
Pessoal					
Remuneração direta		20.096	32.548	742.119	849.312
Benefícios		1.125	4.202	57.867	69.883
FGTS		1.418	1.387	72.603	84.050
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.837	4.650	184.623	201.851
Estaduais		-	-	8	22
Municipais		126	25	133.547	122.930
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	28	280.567	318.877	495.883	529.404
Aluguéis		159	313	10.715	15.540
Remuneração de capitais próprios					
		324.586	380.760	467.458	220.435
Lucro líquido do exercício		324.586	380.760	324.586	380.760
Participação de acionistas não controladores		-	-	142.872	(160.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Inspirali Educação S.A., (“Inspirali” ou “Companhia”), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. – controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e aos pronunciamentos técnicos do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas (participação direta)		
Room Sistemas Interativos Ltda. (Medroom)	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe)	100	100
VC Network Educação S.A. (VC Network)	55	55
IBCMED Serviços de Educação S.A. (IBCMED)	100	100
Controladas (participação indireta)		
Brasil Educação S.A. (Brasil)	55	55
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. (IEDUC)	55	55
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (Sociesc)	55	55
PGP Educação S.A. (PGP Educação)	55	55
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. (Ages)	100	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. (Faseh)	41	41
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. (UniFG)	30	30
Insegnare Educacional Ltda. (Insegnare)	55	55
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)	55	55
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. (Inovattus)	55	55
AMC Serviços Educacionais Ltda (AMC)	55	55
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. (ISCP ou UAM)	55	55
FACS Serviços Educacionais Ltda. (Unifacs)	55	55
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. (UNP ou Apec)	55	55
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. (MedPós)	100	51
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. (Crefiso)	30	30
FG Farmácia e Drogaria Ltda. (FG Farmácia)	30	30
Clínica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária)	30	30
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR) (i)	100	-
Controlada em conjunto (joint venture)		
Coligadas		
Educa Itapevi	10	10

- (i) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED, celebrou o contrato de compra e venda da EMR, notas explicativas 05 e 12.

2.4. Comparabilidade

As demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não incluem o resultado integral da investida EMR que passa a ser consolidados a partir de 02 de dezembro de 2024.

A leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2024:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2024		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida (Resultado anterior)	Lucro (Prejuízo) (Resultado anterior)
EMR EU MEDICO RESIDENTE ENSINO LTDA.	02/12/2024	1.859	220	20.532	4.265

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de março de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4. Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Companhia, que é a taxa que a controladora pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5. Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam outros diversos indicadores e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6. Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou joint venture ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4. Ativos financeiros

4.4.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4. Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4.6. Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6. Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7. Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica “Direitos a receber por aquisições” do balanço patrimonial.

4.8. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratório	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

4.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	4,5 - 5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.12. Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos;
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido;
- Participações societárias emitidas pelo grupo;
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15. Provisões de processos judiciais

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.16. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.16.1. IRPJ e CSLL Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos (“PROUNI”), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a contribuição social a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.16.2. IRPJ e CSLL Diferido

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.17. Reconhecimento de receita

4.17.1. Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, na forma de ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalor antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como “Adiantamentos de clientes” e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2. Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.17.3. Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18. Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1. FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (“FIES”) é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (“MEC”).

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2. PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - “PROUNI” (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2024 e 2023.

4.19. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.20. Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

	% por anos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,87%	11,12% a 13,12%	12,87%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 16,31%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%	11,00% a 13,00%
Goiás	-	-	12,94%
Rio Grande do Norte	10,96% a 13,25%	8,53%	-
Pará	-	13,25%	-

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21. Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22. Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23. Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo.

- **Inspirali Medicina** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Educação Continuada Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina.
- **Ex-Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.24. Adoção de novas normas e práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

4.25. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025:

- IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:

- Alteração IFRS 9 – Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1. Composição preço de compra e ágio

	EMR
Data de aquisição	02/12/2024
% Participação	100,00%
Pagamento à vista	15.000
Pagamentos parcelados	10.000
Earn-out	50.000
Valor nominal da aquisição	75.000
[-] Ajuste a valor presente	(23.119)
Valor presente da aquisição	51.881
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136
Ágio gerado na aquisição	28.745

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente (“EMR”), pagando o montante à vista de R\$ 15.000, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referente ao preço de compra de R\$ 50.000 de *earn-out*.

5.2. Valor justo das aquisições

Alocação dos ativos	EMR
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5.530
Outros ativos circulantes	3.316
Imobilizado	913
Intangível	3.789
Marca	22.345
Tecnologia	11.565
	47.458
Passivos	
Adiantamentos de clientes	4.137
IR/CS diferido passivo	11.530
Outros passivos circulantes	2.655
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000
	24.322
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136

A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	76	11	17.299	41.591
Aplicações financeiras - Operações	60.188	86.839	77.025	98.026
Total do caixa e equivalentes de caixa	60.264	86.850	94.324	139.617
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	508.042	436.511	810.850	744.056
Total das aplicações financeiras	508.042	436.511	810.850	744.056
Ativo circulante	568.306	523.361	905.174	883.673

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentual médio de 104,55% do CDI (percentual médio de 95,94% em 31 de dezembro de 2023).

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber mensalidades (a)	751.215	683.878
FIES - Financiamento estudantil (b)	84.502	68.244
Financiamentos (c)	212.696	132.751
Eventos, sublocações, serviços e outros	34.061	95.098
Total	1.082.474	979.971
Perdas estimadas (d)	(428.769)	(418.338)
Total geral contas a receber	653.705	561.633
Ativo circulante	578.456	533.903
Ativo Não circulante	75.249	27.730

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 193.321 e R\$ 36.245, respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 0,90% e 1,02% ao mês, sendo desse saldo R\$ 79.543 é medicina e R\$ 113.778 ex-medicina, e pela cessão estão entre 0,97% e 1,06% ao mês sendo R\$ 36.245 em ex-medicina. Ambas as operações não possuem direito de regresso.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas reais de financiamento podem variar de 0% a 3% ao ano conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão e Fiages (Ages). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$119,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.

- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	394.569	(96.908)	24,56%	297.661	45,53%
Cartão de Crédito	17.545	-	0,00%	17.545	2,68%
FIES	84.502	(10.486)	12,41%	74.016	11,32%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	151.715	(49.373)	32,54%	102.342	15,66%
De 91 a 180 dias	79.461	(31.898)	40,14%	47.563	7,28%
De 181 a 360 dias	129.797	(78.016)	60,11%	51.781	7,92%
De 361 a 720 dias	224.885	(162.088)	72,08%	62.797	9,61%
Total	1.082.474	(428.769)	39,61%	653.705	100,00%

- (*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	418.338	387.165
Perdas estimadas no exercício	126.582	139.959
Títulos baixados no exercício (i)	(116.151)	(108.786)
Saldo final	428.769	418.338

- (i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos.

Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina

O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós-graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Total
Graduação	135.886	271.682	407.568
Pós-Graduação	15.102	12.484	27.586
Cartões, cheques, outros	12.234	5.311	17.545
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	298.516	298.516
Total	163.222	587.993	751.215
Graduação	135.886	271.682	407.568
Perdas estimadas	(59.458)	(161.031)	(220.489)
Total graduação líquido	76.428	110.651	187.079
Financiamento	88.377	124.319	212.696

Para os estudantes de medicina temos 37,4% e para os estudantes não medicina temos 46,9%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Total
Graduação	118.133	317.397	435.530
Pós-Graduação	7.162	32.556	39.718
Cartões, cheques, outros	27.867	27.801	55.668
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	152.962	152.962
Total	153.162	530.716	683.878
Graduação	118.133	317.397	435.530
Perdas estimadas	(48.255)	(173.926)	(222.181)
Total graduação líquido	69.878	143.471	213.349
Financiamento	18.709	114.042	132.751

Para os estudantes de medicina temos 28,4% e para os estudantes não medicina temos 45,4%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

O saldo de contas a receber mensalidade e o contas a receber financiamentos, está demonstrado abaixo:

Consolidado - Medicina					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	104.039	(12.618)	12,13%	91.421	48,49%
Cartão de Crédito	12.234	-	0,00%	12.234	6,49%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	56.016	(15.022)	26,82%	40.994	21,75%
De 91 a 180 dias	27.895	(8.051)	28,86%	19.844	10,53%
De 181 a 360 dias	29.245	(10.457)	35,76%	18.788	9,97%
De 361 a 720 dias	22.170	(16.956)	76,48%	5.214	2,77%
Total	251.599	(63.104)	25,08%	188.495	100,00%

Consolidado – Ex-Medicina					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	244.145	(86.038)	35,24%	158.107	44,05%
Cartão de Crédito	5.311	-	0,00%	5.311	1,48%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	98.954	(33.979)	34,34%	64.975	18,10%
De 91 a 180 dias	53.441	(23.746)	44,43%	29.695	8,27%
De 181 a 360 dias	130.001	(74.821)	57,55%	55.180	15,37%
De 361 a 720 dias	180.460	(134.763)	74,68%	45.697	12,73%
Total	712.312	(353.347)	49,61%	358.965	100,00%

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	468	532	12.547	3.705
Colaboradores (a)	193	23	13.525	23.215
Total	661	555	26.072	26.920

(a) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF (a)	10.427	15.159	24.731	26.687
IRPJ/CSLL (b)	-	-	6.591	2.280
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	11.203	6.481	23.036	40.299
PIS/COFINS/CSLL	2.292	89	5.601	3.955
Outros	-	1	5.123	2.974
Total	23.922	21.730	65.082	76.195
Circulante	11.371	11.761	29.552	41.212
Não circulante	12.551	9.969	35.530	34.983

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.
- (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) para ajuste anual da apuração do lucro real.
- (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

10.1. Créditos fiscais não constituídos

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

ATIVO - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 782.708 (R\$ 480.935, em 31 de dezembro de 2023) e, no consolidado, o montante é de R\$ 1.145.430 (R\$ 765.292, em 31 de dezembro de 2023), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Controladora			
	31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	31/12/2024
Imposto de renda	1.346	71	(17)	1.400
Contribuição social	485	26	(6)	505
Total	1.831	97	(23)	1.905

	Controladora		
	31/12/2022	Constituição/ Reversão de crédito tributário	31/12/2023
Imposto de renda	1.306	40	1.346
Contribuição social	470	15	485
Total	1.776	55	1.831

	Consolidado						
	31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação com parcelamento	Compra crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2024
Imposto de renda	-	16.712	(12.552)	(10.056)	6.515	(619)	-
Contribuição social	-	6.016	(4.519)	(3.620)	2.346	(223)	-
Total	-	22.728	(17.071)	(13.676)	8.861	(842)	-

	Consolidado				
	31/12/2022	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2023
Imposto de renda	-	1.826	(900)	(926)	-
Contribuição social	-	657	(324)	(333)	-
Total	-	2.483	(1.224)	(1.259)	-

PASSIVO - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido passivo:

	31/12/2023	Consolidado				31/12/2024
		Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Transferência	Combinação de negócio	
Imposto de renda	22.631	(1.619)	(619)	(7)	8.480	28.866
Contribuição social	8.149	(582)	(223)	(3)	3.050	10.391
Total	30.780	(2.201)	(842)	(10)	11.530	39.257

	Consolidado				
	31/12/2022	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com imposto diferido ativo	Combinação de negócio	31/12/2023
Imposto de renda	26.009	(2.574)	(926)	122	22.631
Contribuição social	9.364	(926)	(333)	44	8.149
Total	35.373	(3.500)	(1.259)	166	30.780

10.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e CSLL	324.512	380.705	461.923	220.142
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada	(110.334)	(129.440)	(157.054)	(74.848)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	210.120	209.773	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	186.066	133.810
Créditos tributários não constituídos (b)	(102.299)	(89.338)	(136.689)	(102.466)
Amortização de ágio	-	-	61.398	44.082
Outras adições e exclusões	2.587	9.060	51.814	(285)
IRPJ e CSLL calculados	74	55	5.535	293
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(2.323)	(4.466)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	74	55	7.858	4.759
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,02%	0,02%	1,20%	0,13%

- (a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.

11. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Reembolsáveis por alienantes (a) (d)	104.582	109.353
Ativos de indenização (b)	102.809	125.963
Empréstimos a terceiros (c) (d)	8.960	12.631
Total	216.351	247.947
Ativo Circulante	-	612
Ativo Não Circulante	216.351	247.335

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, UniFG, UAM e APEC provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.
- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.
- (d) Em 31 de dezembro de 2024, temos um saldo de R\$ 29.924 a receber dos antigos controladores da IEDUC e de R\$ 78.258 referentes a UniFG.

12. INVESTIMENTOS

As principais informações financeiras do exercício das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2024							
Controladas via participação direta e demais participações							
Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total dos Passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido/passivo a descoberto	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do exercício	
VC Network (ii)	55%	4.577.139	215.897	1.744.744	2.616.498	108.172	602.741
Sobepe	100%	189.749	2.069	-	187.680	-	29.759
IBCMED	100%	101.321	43.328	-	57.993	-	(9.436)
Medroom	100%	13.252	1.415	-	11.837	-	(5.065)
Ágio	-	-	-	-	52.102	-	-
					2.926.110		617.999

- (i) Refere-se à participação de acionistas minoritários.
- (ii) Refere-se à participação de 55% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações ordinárias que dão direito ao resultado líquido das operações oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Ânima indenizará a Inspirali referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelos órgãos de governança da Inspirali e pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

31/12/2024						
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	[-] Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	[-] Resultado de acionistas não controladores	Resultado do exercício
UniFG	55%	207.007	140.994	29.706	36.307	21.050
FASEH	74%	178.296	21.594	41.120	115.582	49.124
VC Network	55%	4.577.139	215.897	1.744.744	2.616.498	602.741
				1.815.570	142.872	

Movimentação dos saldos no exercício:

Controladora					
Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2024
Ativo					
Medroom	8.866	8.036	(5.065)	-	11.837
Sobepe	190.498	-	29.759	(32.577)	187.680
VC Network	2.615.728	770	602.741	(602.741)	2.616.498
IBCMED	7.567	59.802	(9.436)	60	57.993
Ágio	52.102	-	-	-	52.102
	2.874.761	68.608	617.999	(635.318)	2.926.110

Controladora						
Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Aquisição	Alocação de ágio	Saldo em 31/12/2023
Ativo						
Medroom	6.727	8.500	(6.361)	-	-	8.866
Sobepe	169.679	17.430	19.623	(16.234)	-	190.498
VC Network	2.325.849	108.285	602.164	(420.570)	-	2.615.728
IBCMED	5.694	-	1.552	(3.377)	1.317	7.567
Ágio	52.102	-	-	-	-	52.102
	2.560.051	134.215	616.978	(440.181)	1.317	2.874.761

13. IMOBILIZADO

	Controladora				
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	955	(299)	656	745
Móveis e utensílios	10%	3	-	3	-
Outros	10% e 20%	657	(55)	602	21
Total		1.615	(354)	1.261	766

	Consolidado				
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	154.456	(140.004)	14.452	16.090
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	511.345	(319.609)	191.736	201.151
Móveis e utensílios	10%	134.238	(109.385)	24.853	27.554
Máquinas e equipamentos	10%	153.192	(130.313)	22.879	18.452
Edificações	1,43% a 4%	55.349	(19.845)	35.504	37.938
Terrenos		18.982	-	18.982	18.982
Biblioteca e videoteca	10%	103.766	(94.928)	8.838	13.130
Imobilizado em andamento		4.765	-	4.765	16.758
Equipamentos de laboratório	10%	166.281	(102.280)	64.001	61.543
Outros	10% e 20%	30.222	(27.580)	2.642	3.624
Total		1.332.596	(943.944)	388.652	415.222

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2024
Computadores e periféricos	745	18	(182)	75	656
Móveis e utensílios	-	-	-	3	3
Imobilizado em andamento	-	251	-	(251)	-
Outros	21	458	(50)	173	602
Total	766	727	(232)	-	1.261

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2023
Computadores e periféricos	326	528	(109)	745
Outros	27	-	(6)	21
Total	353	528	(115)	766

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Combinação de Negócio (c)	Saldo líquido em 31/12/2024
Computadores e periféricos	16.090	972	(632)	(5.809)	3.679	152	14.452
Benfeitorias em imóveis de terceiros	201.151	13.989	(1.343)	(55.702)	33.261	380	191.736
Móveis e utensílios	27.554	827	(122)	(6.721)	3.213	102	24.853
Máquinas e equipamentos	18.452	6.230	(93)	(5.137)	3.150	277	22.879
Edificações	37.938	-	-	(2.434)	-	-	35.504
Terrenos	18.982	-	-	-	-	-	18.982
Biblioteca e videoteca	13.130	-	(103)	(4.189)	-	-	8.838
Imobilizado em andamento	16.758	24.686	(1.053)	-	(35.626)	-	4.765
Equipamentos de laboratório	61.543	3.200	(379)	(11.392)	11.029	-	64.001
Outros	3.624	20.091	(943)	(1.426)	(18.706)	2	2.642
Total	415.222	69.995	(4.668)	(92.810)	-	913	388.652

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificação	Transferência (a)	Disponível para venda (b)	Saldo líquido em 31/12/2023
Computadores e periféricos	13.328	8.732	(111)	(5.761)	41	(139)	-	16.090
Benfeitorias em imóveis de terceiros	197.191	27.603	(11.811)	(40.917)	28.155	930	-	201.151
Móveis e utensílios	32.409	3.286	(291)	(7.860)	(3)	13	-	27.554
Máquinas e equipamentos	33.210	1.142	(118)	(7.690)	(8.032)	(60)	-	18.452
Edificações	65.374	-	-	(3.417)	1	-	(24.020)	37.938
Terrenos	34.267	-	-	-	-	-	(15.285)	18.982
Biblioteca e videoteca	17.993	8	(2)	(4.695)	(2)	(172)	-	13.130
Imobilizado em andamento	16.887	28.591	(483)	-	(28.237)	-	-	16.758
Equipamentos de laboratório	50.926	13.093	(431)	(10.219)	7.887	287	-	61.543
Outros	4.508	604	(26)	(1.652)	190	-	-	3.624
Total	466.093	83.059	(13.273)	(82.211)	-	859	(39.305)	415.222

- (a) Transferências realizadas entre empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle apenas da Ânima Holding S.A. mas que não fazem parte da Inspirali.
- (b) A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e imóvel em Pinheirinho (Curitiba-PR), com valor contábil de R\$39.306, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 18 de março de 2024 a escritura de compra e venda foi lavrada, finalizando assim a transação de compra e venda do referido ativo, nota explicativa 13.2.
- (c) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED, celebrou o contrato de compra e venda da EMR, conforme notas explicativas 5 e 12.

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram onerados as edificações e os terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$54.486 em 31 de dezembro de 2024 (R\$56.920, em 31 de dezembro de 2023).

13.2. Ativos mantidos para venda

A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e o imóvel em Pinheirinho, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda na expectativa de conclusão do contrato de intenção de compra e venda firmado com terceiros. O ativo classificado como mantido para venda foi mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, inicialmente avaliado em R\$ 32.000. O contrato final para a conclusão da operação foi firmado com valor de R\$ 32.700. A venda e transferência do imóvel foram concluídas em abril de 2024 pelo valor justo, sendo R\$ 3.000 pagos à vista e o restante em 32 parcelas de R\$ 928 atualizadas monetariamente pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

Foram recebidas as parcelas de maio e junho de 2024. As parcelas com vencimento a partir de julho de 2024 foram cedidas em favor do Banco ABC Brasil. O valor líquido recebido nessa operação foi de R\$ 23.453, a taxa de desconto pela antecipação foi de 1,00% ao mês, e essa operação não possui direito de regresso.

14. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2023	794.198	964.092	-
Adição e remensuração	28.057	28.057	-
Baixa	(16.593)	(21.610)	5.017
Pagamento	-	(209.528)	-
Amortização	(115.959)	-	(115.959)
Despesa financeira	-	103.567	(103.567)
Pagamento de multas (i)	-	(8.784)	-
Despesa com multa (i)	-	1.528	(1.528)
Saldo em 31/12/2024	689.703	857.322	(216.037)
Ativo Circulante	-	109.600	
Ativo Não Circulante	689.703	747.722	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2022	1.013.927	1.158.898	-
Adição e remensuração	53.252	53.252	-
Baixa	(138.688)	(162.731)	24.043
Pagamento	-	(226.938)	-
Concessão de pagamentos	-	(224)	224
Amortização	(134.293)	-	(134.293)
Despesa financeira	-	115.050	(115.050)
Pagamento de multas (i)	-	(21.162)	-
Despesa com multa (i)	-	47.947	(47.947)
Saldo em 31/12/2023	794.198	964.092	(273.023)
Ativo Circulante	-	117.587	
Ativo Não Circulante	794.198	846.505	

- (i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil e Ages.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2024
2026	74.985
2027	59.239
2028	60.993
2029	47.126
Após 2029	505.379
Total	747.722

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período, projetando a inflação de 4,96% ao ano para 2025, 4,01% para 2026, 3,83% para 2027 e os anos posteriores a 2027, conforme boletim Focus publicado em 27 de dezembro de 2024. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2024		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	689.703	737.827	6,98%
Passivo de arrendamento	857.322	925.149	7,91%
Despesa de amortização	(115.959)	(123.099)	6,16%
Despesa financeira	(103.567)	(109.875)	6,09%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	55.158	(6.353)	48.805	40.773
Desenv. conteúdo EAD	33%	14.861	(10.308)	4.553	5.952
Intangível em desenvolvimento		884	-	884	-
Total		70.903	(16.661)	54.242	46.725
Total do Intangível		70.903	(16.661)	54.242	46.725

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis em combinações de negócios					
Ágio		2.707.202	-	2.707.202	2.678.973
Marcas e patentes	3,33%	462.024	(57.724)	404.300	396.621
Licença		1.165.114	-	1.165.114	1.165.114
Carteira de clientes	20% a 22%	559.523	(497.124)	62.399	148.779
Polos EAD		70.997	-	70.997	70.997
Material EAD	33% a 50%	3.669	(3.669)	-	-
Tecnologia	20%	20.014	(6.900)	13.114	3.238
Total		4.988.543	(565.417)	4.423.126	4.463.722
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	168.954	(100.956)	67.998	56.962
Desenv. conteúdo EAD	33%	109.872	(89.708)	20.164	28.978
Credenciamento MEC	33%	16.057	(12.153)	3.904	3.632
Intangível em desenvolvimento		3.675	-	3.675	4.389
Direitos Autorais	33%	422	(88)	334	1
Total		298.980	(202.905)	96.075	93.962
Total do Intangível		5.287.523	(768.322)	4.519.201	4.557.684

A movimentação do intangível da controladora e do consolidado são como segue:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Reclassificação	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2024
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	40.773	8.676	3.668	(4.312)	48.805
Desenv. conteúdo EAD	5.952	2.715	-	(4.114)	4.553
Intangível em desenvolvimento	-	4.552	(3.668)	-	884
Total	46.725	15.943	-	(8.426)	54.242

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2023
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	5.131	37.491	(39)	(1.810)	40.773
Desenv. conteúdo EAD	6.707	2.797	-	(3.552)	5.952
Total	11.838	40.288	(39)	(5.362)	46.725

	Consolidado							
	31/12/2023	Adições	Baixas	Impairment	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio	31/12/2024
Intangíveis em combinações de negócios								
Ágio	2.678.973	-	-	(516)	-	-	28.745	2.707.202
Marcas e patentes	396.621	-	(4)	-	(14.662)	-	22.345	404.300
Licença	1.165.114	-	-	-	-	-	-	1.165.114
Carteira de clientes	148.779	-	-	-	(86.380)	-	-	62.399
Polos EAD	70.997	-	-	-	-	-	-	70.997
Tecnologia	3.238	-	-	-	(1.689)	-	11.565	13.114
Total	4.463.722	-	(4)	(516)	(102.731)	-	62.655	4.423.126
Intangíveis reconhecidos pelo custo								
Softwares	56.962	13.215	(298)	-	(11.227)	6.342	3.004	67.998
Desenv. conteúdo EAD	28.978	6.169	(22)	-	(20.284)	4.867	456	20.164
Credenciamento MEC	3.632	2.315	-	-	(2.247)	204	-	3.904
Intangível em desenvolvimento	4.389	10.939	(240)	-	-	(11.413)	-	3.675
Direitos Autorais	1	8	-	-	(6)	-	331	334
Total	93.962	32.646	(560)	-	(33.764)	-	3.791	96.075
Total do Intangível	4.557.684	32.646	(564)	(516)	(136.495)	-	66.446	4.519.201

Consolidado							
31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificação	Transferências (a)	31/12/2023	
Intangíveis em combinações de negócios							
Ágio	2.679.090	-	-	-	-	(117)	2.678.973
Marcas e patentes	411.510	-	-	(15.331)	-	442	396.621
Licença	1.165.114	-	-	-	-	-	1.165.114
Carteira de clientes	282.796	-	-	(134.063)	-	46	148.779
Polos EAD	70.997	-	-	-	-	-	70.997
Material EAD	507	-	-	(507)	-	-	-
Tecnologia	4.928	-	-	(1.690)	-	-	3.238
Total	4.614.942	-	-	(151.591)	-	371	4.463.722
Intangíveis reconhecidos pelo custo							
Softwares	21.045	44.655	(239)	(10.245)	1.746	-	56.962
Desenv. conteúdo EAD	39.431	12.518	(1.707)	(21.171)	(93)	-	28.978
Credenciamento MEC	3.424	2.238	(10)	(2.020)	-	-	3.632
Intangível em desenvolvimento	2.384	8.045	(4.387)	-	(1.653)	-	4.389
Direitos autorais	1	-	-	-	-	-	1
Total	66.285	67.456	(6.343)	(33.436)	-	-	93.962
Total	4.681.227	67.456	(6.343)	(185.027)	-	371	4.557.684

- a) Transferências realizadas entre as empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle da Anima Holding mas que não fazem parte da Inspirali.

15.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado						Total geral
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis			
	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
IEDUC	-	20.317	-	-	-	38.114	58.431
Sociesc	-	17.633	-	3.787	-	45.103	66.523
Ages e Vidam	-	14.129	-	37.609	-	125.247	176.985
FASEH	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UniFG	993	-	-	19.920	-	83.471	104.384
Medroom	-	-	1.549	-	-	14.234	15.783
USJT	-	29.083	-	54.600	-	174.445	258.128
ISCP	25.418	132.463	-	423.615	21.825	1.048.794	1.652.115
UNIFACS	22.297	65.772	-	298.826	24.138	577.024	988.057
APEC	5.829	47.868	-	191.332	18.034	242.127	505.190
IBCMED	-	6.971	-	-	-	37.869	44.840
MedPós	-	411	-	-	-	4.590	5.001
FACED	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Jangada	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Unisul	7.862	47.307	-	96.896	7.000	163.624	322.689
EMR	-	22.346	11.565	-	-	28.744	62.655
	62.399	404.300	13.114	1.165.114	70.997	2.707.202	4.423.126

15.2. Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos, exceto pelo ágio do Oresidente (incorporado pelo IBCMED), com perda de R\$ 516 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15.2.1. UGC’s dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina

Para estimar o valor recuperável das UGC’s utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso nas UGC’s foram:

	Participantes do PROUNI	Não ofertam graduação
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	13,70%	10,60%
Período de projeção	5 anos	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,00%	10,57%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,74%	10,17%
Carrying amount (valor testado)	5.553.645	100.790

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC’s a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Contrato	Valor captado	Indexado r	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão (a)	2.000.000	CDI	2,6%	31/03/2022	30/03/2027	Juros semestrais e principal anualmente a partir de março de 2024.	Medidos anualmente a partir de mar/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma até mar/24 (inclusive) <3,5 a partir de mar/24 (exclusive) <3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	-	2.042.661	-	2.042.661
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão (a)	2.000.000	CDI	1,65%	27/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2027.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <3,5 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	2.022.747	-	2.022.747	-
Outros - Santander	47.000	-	9,55%	27/11/2019	13/11/2024	-	-	-	-	-	12
Total Empréstimos								2.022.747	2.042.661	2.022.747	2.042.673
Passivo Circulante								27.680	560.474	27.680	560.486
Passivo Não Circulante								1.995.067	1.482.187	1.995.067	1.482.187

- (a) A Inspirali aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de maio de 2024, a 2ª Emissão de Debêntures simples da Inspirali. A Emissão totalizará o montante de R\$ 2.000.000 com prazo total de 5 anos, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano. Os recursos líquidos captados pela dessa emissão foram destinados a: quitação integral das debêntures da 1ª emissão Inspirali e o reforço de caixa, com o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão.

Não houve alterações sobre as principais condições e garantias estabelecidas em contratos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor nominal	Valor contábil	Valor nominal
2026	-	266.405	-	266.405
2027	663.706	888.297	663.706	888.297
Após 2027	1.331.361	1.511.907	1.331.361	1.511.907
Total	1.995.067	2.666.609	1.995.067	2.666.609

I) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

Controladora							
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
	2.042.661	1.992.600	(2.000.000)	(290.175)	248.674	28.987	2.022.747

Controladora					
	31/12/2022	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	2.043.391	(316.220)	307.573	7.917	2.042.661
Total	2.043.391	(316.220)	307.573	7.917	2.042.661

Consolidado							
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
Outros - Santander	12	-	(12)	-	-	-	-
	2.042.673	1.992.600	(2.000.012)	(290.175)	248.675	28.986	2.022.747

Consolidado							
	31/12/2023	Adição	Amortização	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	2.043.391	-	-	(316.220)	307.573	7.917	2.042.661
Banco do Brasil	-	4.926	(4.926)	(60)	60	-	-
CEF	1.092	-	(1.138)	(49)	95	-	-
Santander	22	-	(10)	(2)	2	-	12
Total	2.044.505	4.926	(6.074)	(316.331)	307.730	7.917	2.042.673

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	1.386	1.383	38.740	63.002
Férias a pagar	1.694	2.012	44.724	67.139
INSS	647	620	21.728	21.055
FGTS	196	204	7.161	7.251
PLR	4.783	10.500	4.783	10.500
Outros	2	2	789	978
Total	8.708	14.721	117.925	169.925

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	1.152	1.101	20.139	21.826
ISS	21	1	14.156	15.506
PIS e COFINS	93	235	1.877	2.307
IRPJ / CSLL	-	-	2.581	1.871
Outros (a)	14	-	1.814	1.875
Total	1.280	1.337	40.567	43.385

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de alunos (a)	290	986	60.279	67.659
Crédito bolsas (b)	-	-	8.214	9.026
Faturamento antecipado de clientes (c)	-	-	31.636	28.069
Projetos de pesquisa	-	-	1.076	1.932
Total	290	986	101.205	106.686
Passivo Circulante	290	986	92.616	97.376
Passivo Não Circulante	-	-	8.589	9.310

- (a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à Prefeitura de Paripiranga.
- (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PROIES (a) (d)	30.920	33.524
RFB (b)	563	5.960
RFB LEI 14.740 (d) (e)	11.723	-
RFB PERT LEI 13.496 (b)	9.567	10.171
PGFN (b)	3.689	4.269
FGTS (c)	157	535
PRT IV (b)	864	1.196
IPTU	899	-
Outros parcelamentos (b)	2.887	1.988
Total	61.269	57.643
Passivo Circulante	13.565	13.404
Passivo Não Circulante	47.704	44.239

- (a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul relativo à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.

- (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal.
- (d) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações única e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas.
- (e) Em 01 de abril foi finalizado o processo de adesão ao programa de autorregulação incentivada de tributos federais administrativos pela Receita Federal do Brasil (RFB) nos termos da Lei nº 14740/2023, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2168/2023 com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% através de parcelamento fiscal em 48 meses, com correção do saldo pela taxa Selic. A companhia entendeu ser vantajoso incluir as contribuições previdenciárias patronais das empresas Brasil Educação, FACS, ISCP e SOCIESC dos meses 01/2024 e 02/2024 que totalizam em R\$ 26.662. (nota explicativa 10).

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

Cronograma de pagamentos	
31/12/2024	
2026	11.795
2027	11.375
2028	8.256
Após 2028	16.278
Total	47.704

21. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

Indexador	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	239	6.749	239	6.749
Aquisição da Ages (a)	-	-	-	-	10.000
Aquisição EMR (b)	-	-	27.070	-	-
Aquisição MedPós	INPC	-	-	2.264	2.863
		239	6.749	29.573	19.612
Parcelamentos					
Aquisição do IBCMED (c)	IPCA	2.244	16.387	2.244	16.387
Aquisição do Medroom	INPC	745	-	745	-
Aquisição Manutença da Faced	IPCA	-	-	-	1
Aquisição Sociesc	INPC	-	-	29.193	32.375
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (d)	CDI	-	-	-	715
Aquisição EMR	CDI	-	-	9.811	-
		2.989	16.387	41.993	49.478
Total		3.228	23.136	71.566	69.090
Passivo Circulante		2.276	11.927	12.211	18.742
Passivo Não Circulante		952	11.209	59.355	50.348

- (a) No dia 18 de março de 2024, a Seres/MEC publicou a Portaria nº 90 que concede à Faculdade AGES de Medicina de Irecê um aumento de 100 vagas, passando o referido curso de 50 para 150 vagas totais anuais, desta forma, o *earn-out* começou a ser pago em abril de 2024, conforme contrato.
- (b) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED, celebrou o contrato de compra e venda da EMR, conforme notas explicativas 5 e 12.
- (c) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, onde exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor acordado pela aquisição do restante da participação, bem como para quitação de todos e quaisquer valores devidos pela Companhia aos vendedores do IBCMED, foi de R\$ 90.000, dos quais R\$ 70.000 foram pagos em 04 de julho de 2023 e os R\$ 20.000 restantes serão pagos conforme definições do contrato e corrigida pelo IPCA.
- (d) Referem-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pelo Grupo Laureate.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	69.090	269.866
Ajuste a valor presente	1.763	12.916
Correção monetária	2.413	3.273
Pagamentos	(37.543)	(98.964)
Adições - aquisição de empresas	36.881	-
Atualização a valor justo de <i>earn-out</i>	(2.895)	(69.297)
Atualização a valor justo de opção de resgate	1.857	(8.229)
Extinção de débito com controladora	-	(40.475)
Saldo final	71.566	69.090

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
2026	663	5.982
2027	289	4.201
2028	-	4.818
Após 2028	-	44.354
	952	59.355

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

22.1. Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para Riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	-	-	88.537	95.176
Tributária	-	-	246.292	254.100
Cíveis	-	-	52.231	95.379
	-	-	387.060	444.655
Depósitos Judiciais	(70)	(487)	(127.345)	(125.534)
	(70)	(487)	259.715	319.121
[-] Ativos de indenização (i)	-	-	(102.809)	(125.963)
Total	(70)	(487)	156.906	193.158

- (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições, conforme nota explicativa 11.

22.2. Movimentação

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

Consolidado							
31/12/2023	Adição/ Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2024
Trabalhista (a)	95.176	377	3.038	(10.483)	-	187	88.537
Tributária (b)	254.100	(29.452)	-	(2.178)	1.826	12.372	246.292
Cíveis (c)	95.379	31.371	-	(33.380)	-	(6.156)	52.231
Total	444.655	2.296	3.038	(46.041)	1.826	6.403	387.060

Consolidado							
31/12/2022	Adição/ Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2023
Trabalhista (a)	98.567	16.507	6.466	(21.352)	33	(4.869)	95.176
Tributária (b)	268.618	(5.991)	-	(2.000)	1.233	-	254.100
Cíveis (c)	115.021	19.991	-	(38.037)	448	(4.252)	95.379
Total	482.206	30.507	6.466	(61.389)	1.714	(9.121)	444.655

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 54.520 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 84.432 em 31 de dezembro de 2023.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 23.281 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.543 em 31 de dezembro de 2023.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM e APEC faziam parte. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão total para essa causa é de R\$ 27.879 (R\$ 84.186 em 31 de dezembro de 2023). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica “despesas com pessoal”.

22.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	99.218	68.405
Tributários (i)	341.337	412.216
Cíveis (ii)	160.027	154.339
Total	600.582	634.960

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA e Sociesc que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 156.954; aproximadamente R\$ 76.619 de débitos tributários da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU, sendo que R\$93.252 é de responsabilidade dos vendedores.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

Informação complementar sobre o contencioso provável e possível de alunos de medicina

	Provável					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	13.438	75.099	88.537	13.995	81.181	95.176
Tributários	27.823	218.469	246.292	34.145	219.955	254.100
Cíveis	8.293	43.938	52.231	5.167	90.212	95.379
Total	49.554	337.506	387.060	53.307	391.348	444.655

	Possível					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	3.135	96.083	99.218	1.683	66.722	68.405
Tributários	44.899	296.438	341.337	35.541	376.675	412.216
Cíveis	24.407	135.620	160.027	10.109	144.230	154.339
Total	72.441	528.141	600.582	47.333	587.627	634.960

22.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	-	-	25.542	29.312
Tributários	70	487	64.144	51.339
Cíveis	-	-	37.659	44.883
Total	70	487	127.345	125.534

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	Controladora				
	31/12/2023	Adições	Atualização	Resgate	31/12/2024
Trabalhistas	-	13	(13)	-	-
Tributários	487	1	46	(464)	70
	487	14	33	(464)	70

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Atualização	Resgate	31/12/2023
Tributários	-	259	228	-	487
	-	259	228	-	487

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	
Trabalhistas	29.312	12.032	(14.809)	187	(1.180)	25.542
Tributários	51.339	85	(1.112)	12.372	1.460	64.144
Cíveis	44.883	44.462	(45.718)	(6.156)	188	37.659
Total	125.534	56.579	(61.639)	6.403	468	127.345

	Consolidado					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	
Trabalhistas	39.367	10.702	(16.821)	(4.869)	933	29.312
Tributários	47.465	2.334	(1.861)	-	3.401	51.339
Cíveis	28.561	59.033	(38.822)	(4.252)	363	44.883
Total	115.393	72.069	(57.504)	(9.121)	4.697	125.534

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 360.743.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$ 357.143, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2024	31/12/2023
Ações ordinárias- Ânima	266.930.086	266.930.085
Ações ordinárias- DNA Capital (i)	93.730.752	88.976.695
Ações ILP	82.801	-
Total geral de ações	360.743.639	355.906.780

- (i) Em 16 de fevereiro de 2024, o Fundo Genoma VIII (o “Fundo”), gerido pela DNA Capital Consultoria Ltda., e a Ânima Holding firmaram um termo de ajuste de participação societária elevando em 0,99% a participação do Fundo no capital votante da Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A. Após esse ajuste o Fundo passa a deter 25,99% do capital social da Inspirali S.A. O referido ajuste decorre da diferença na dívida líquida apurada na Inspirali na data do fechamento da transação (31 de março de 2022), divergindo da composição de dívida líquida estimada na assinatura do acordo de investimento firmado entre as partes.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ágio em transação de capital

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor de R\$ 1.857 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à atualização a valor justo do parcelamento do valor dessa aquisição.

Valor justo de passivo de resgate de ações

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como “contas a pagar por aquisições” em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspirali assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

24. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	VC Network	FASEH	UniFG	IBCMED	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1.902.968	24.605	18.730	5.471	1.951.774
Aquisição de ações dos acionistas não controladores (i)	-	-	-	(3.697)	(3.697)
Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (ii)	88.596	-	-	-	88.596
Dividendos desproporcional do IBCMED	-	-	-	(2.341)	(2.341)
Resultado do exercício	(181.594)	13.278	7.424	567	(160.325)
Dividendos distribuídos	-	(10.911)	(1.840)	-	(12.751)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1.809.970	26.972	24.314	-	1.861.256
Amortização de ações preferenciais (iii)	(173.398)	-	-	-	(173.398)
Resultado do exercício	108.172	17.477	17.223	-	142.872
Dividendos distribuídos	-	(3.328)	(11.832)	-	(15.160)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	1.744.744	41.121	29.705	-	1.815.570

- (i) Participação de acionistas não controladores da Inspirali referente ao valor estimado a ser pago para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como “contas a pagar em aquisições” (nota explicativa 21).
- (ii) Refere-se ao ganho sobre o ágio na emissão de ações desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network que foi realizado em 1º de novembro de 2023.
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 173.398. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações preferencias não amortizadas, inclusive ao que tange ao direito a dividendos.

25. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Consolidado						
01/01/2024 a 31/12/2024			01/01/2023 a 31/12/2023			
Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total	
Receita bruta de produtos e serviços	1.652.106	4.292.425	5.944.531	1.495.698	4.242.542	5.738.240
Receita FIES	144.442	67.634	212.076	129.505	70.832	200.337
Descontos em mensalidades	(298.449)	(2.462.657)	(2.761.106)	(280.484)	(2.405.807)	(2.686.291)
Impostos sobre faturamento	(57.771)	(60.962)	(118.733)	(50.044)	(61.129)	(111.173)
Comissões	(36.580)	(80.239)	(116.819)	(39.075)	(83.353)	(122.428)
Ajuste a valor presente	(7.612)	848	(6.764)	(2.559)	(2.303)	(4.862)
Receita líquida	1.396.136	1.757.049	3.153.185	1.253.041	1.760.782	3.013.823
Reconhecimento de receita						
Reconhecida ao longo do tempo	1.394.980	1.753.008	3.147.988	1.251.789	1.756.648	3.007.885
Reconhecida no momento da prestação	1.156	4.041	5.197	1.252	4.134	5.938
	1.396.136	1.757.049	3.153.185	1.253.041	1.760.782	3.013.823

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

Consolidado						
01/01/2024 a 31/12/2024			01/01/2023 a 31/12/2023			
Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total	
Gratuidade PROUNI	(102.241)	(356.096)	(458.337)	(97.002)	(338.117)	(435.119)
Bolsas e descontos concedidos	(143.742)	(1.868.271)	(2.012.013)	(133.239)	(1.814.661)	(1.947.900)
Convênios com empresas	(5.864)	(35.856)	(41.720)	(5.277)	(49.991)	(55.268)
Devoluções, abatimentos e outros	(46.602)	(202.434)	(249.036)	(44.966)	(203.038)	(248.004)
Descontos em mensalidades	(298.449)	(2.462.657)	(2.761.106)	(280.484)	(2.405.807)	(2.686.291)

26. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024			31/12/2023		
	Medicina	Medicina	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Gastos com pessoal	(26.473)	(42.685)	(354.719)	(694.517)	(1.049.236)	(358.375)	(804.408)	(1.162.783)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(87)	-	(14.930)	(44.429)	(59.359)	(13.890)	(45.027)	(58.917)
Gastos com serviços de terceiros	(11.268)	(14.494)	(102.619)	(142.269)	(244.888)	(85.967)	(159.281)	(245.248)
Propaganda e publicidade	(5.279)	(1.916)	(32.664)	(191.806)	(224.470)	(28.699)	(175.399)	(204.098)
Perdas estimadas	-	-	(19.689)	(106.893)	(126.582)	(22.557)	(117.402)	(139.959)
Despesas com depreciação	(232)	(115)	(22.491)	(70.319)	(92.810)	(17.584)	(64.627)	(82.211)
Despesas com amortização	(8.426)	(5.362)	(92.697)	(43.798)	(136.495)	(63.701)	(121.326)	(185.027)
Despesas com amortização direito de uso	-	-	(33.321)	(82.638)	(115.959)	(32.451)	(101.842)	(134.293)
Manutenção	(2.954)	(100)	(24.656)	(25.056)	(49.712)	(17.309)	(41.469)	(58.778)
Deslocamentos	(4.047)	(1.443)	(12.558)	(12.800)	(25.358)	(7.260)	(11.137)	(18.397)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	-	-	75	(4.197)	(4.122)	(4.261)	(27.960)	(32.221)
Impostos e taxas	(1.618)	(113)	(4.274)	(6.968)	(11.242)	(1.219)	(7.461)	(8.680)
Multa para devolução de imóveis	-	-	-	(1.528)	(1.528)	(2.379)	(45.568)	(47.947)
Valor justo <i>earn-out</i>	2.895	40.055	2.895	-	2.895	69.297	-	69.297
Extinção de crédito com controlada	-	40.475	-	-	-	40.475	-	40.475
Perda por <i>impairment</i>	-	-	(516)	-	(516)	-	-	-
Bolsa Pesquisa Preceptores	(100)	(119)	(58.013)	(1.637)	(59.650)	(13.351)	-	(13.351)
Rateio de despesa com amortização e depreciação	(2.131)	-	(8.560)	(43.864)	(52.424)	(6.384)	(28.186)	(34.570)
Outras receitas (despesas) líquidas (b)	6.200	(2.211)	(44.067)	(40.003)	(84.070)	(48.941)	(47.370)	(96.311)
Total	(53.520)	11.972	(822.804)	(1.512.722)	(2.335.526)	(614.556)	(1.798.463)	(2.413.019)
Classificadas como:								
Custo dos produtos e serviços	-	-	(479.584)	(702.369)	(1.181.953)	(402.911)	(809.846)	(1.212.757)
Despesas comerciais	-	-	(32.664)	(191.806)	(224.470)	(28.699)	(175.398)	(204.097)
Perdas estimadas	-	-	(19.689)	(106.893)	(126.582)	(22.557)	(117.402)	(139.959)
Despesas gerais e administrativas	(46.721)	(64.237)	(286.013)	(508.417)	(794.430)	(256.225)	(628.642)	(884.867)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(6.799)	76.209	(4.854)	(3.237)	(8.091)	95.836	(67.175)	28.661
	(53.520)	11.972	(822.804)	(1.512.722)	(2.335.526)	(614.556)	(1.798.463)	(2.413.019)

- (a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16 (nota explicativa 14).
- (b) Determinados saldos de custos/receitas da controladora foram reclassificados para “Outras despesas/receitas operacionais” para melhor apresentação em conformidade com as atividades do Grupo, e de forma consistente nos períodos apresentados.’

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2024 a 31/12/2024			
	Consolidado			
	Medicina		Ex - Medicina	Total
	Graduação	Educação continuada		
Receita Líquida	1.328.000	68.136	1.757.049	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	(450.477)	(29.107)	(702.369)	(1.181.953)
Lucro Bruto	877.523	39.029	1.054.680	1.971.232
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(25.649)	(7.015)	(191.806)	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(19.318)	(371)	(106.893)	(126.582)
Gerais e administrativas	(237.922)	(48.091)	(508.417)	(794.430)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.231)	(623)	(3.237)	(8.091)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	590.403	(17.071)	244.327	817.659
Receitas financeiras	110.092	2.943	27.112	140.147
Despesas financeiras	(329.863)	(1.000)	(165.020)	(495.883)
Resultado financeiro líquido	(219.771)	1.943	(137.908)	(355.736)
Lucro (Prejuízo) antes de impostos	370.632	(15.128)	106.419	461.923
IRPJ e CSLL correntes	(1.011)	(193)	(1.119)	(2.323)
IRPJ e CSLL diferidos	266	495	7.097	7.858
Lucro (Prejuízo) do Exercício	369.887	(14.826)	112.397	467.458
Participação de controladores	339.412	(14.826)	-	324.586
Participação de não controladores	30.475	-	112.397	142.872
Informações adicionais:				
Depreciação e amortização	(110.197)	(4.991)	(114.117)	(229.305)
Amortização IFRS16	(33.321)	-	(82.638)	(115.959)
Rateio com amortização e depreciação	(8.535)	(25)	(43.864)	(52.424)
Pagamento de arrendamento	(58.833)	-	(150.695)	(209.528)
Total	(210.886)	(5.016)	(391.314)	(607.216)

	01/01/2023 a 31/12/2023			
	Consolidado			
	Medicina		Ex - Medicina	Total
	Graduação	Educação continuada		
Receita Líquida	1.207.139	45.902	1.760.782	3.013.823
Custo dos produtos e serviços	(395.869)	(7.042)	(809.846)	(1.212.757)
Lucro Bruto	811.270	38.860	950.936	1.801.066
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(26.247)	(2.452)	(175.398)	(204.097)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(22.557)	-	(117.402)	(139.959)
Gerais e administrativas	(225.852)	(30.373)	(628.642)	(884.867)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	97.111	(1.275)	(67.175)	28.661
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	633.725	4.760	(37.681)	600.804
Receitas financeiras	115.212	433	33.097	148.742
Despesas financeiras	(353.907)	(636)	(174.861)	(529.404)
Resultado financeiro líquido	(238.695)	(203)	(141.764)	(380.662)
Lucro (Prejuízo) antes de impostos	395.030	4.557	(179.445)	220.142
IRPJ e CSLL correntes	(466)	(3.274)	(726)	(4.466)
IRPJ e CSLL diferidos	5.206	836	(1.283)	4.759
Lucro (Prejuízo) do Exercício	399.770	2.119	(181.454)	220.435
Participação de controladores	379.208	1.552	-	380.760
Participação de não controladores	20.562	567	(181.454)	(160.325)
Informações adicionais:				
Depreciação e amortização	(78.827)	(2.458)	(185.953)	(267.238)
Amortização IFRS16	(32.451)	-	(101.842)	(134.293)
Rateio com amortização e depreciação	(6.167)	(217)	(28.186)	(34.570)
Pagamento de arrendamento	(54.436)	-	(172.502)	(226.938)
Total	(171.881)	(2.675)	(488.483)	(663.039)

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024			31/12/2023		
	Medicina	Medicina	Medicina	Ex Medicina	Total	Medicina	Ex Medicina	Total
Receitas financeiras								
Receita com aplicações financeiras	40.862	70.258	94.743	-	94.743	103.385	6.823	110.208
Receita com juros de mensalidades	-	-	11.444	20.159	31.603	5.486	13.012	18.498
Desconto obtido com arrendamento	-	-	-	-	-	-	224	224
Desconto obtido	6	27	69	268	337	96	315	411
Impostos e outras receitas	(268)	347	6.779	6.685	13.464	6.678	12.723	19.401
Total	40.600	70.632	113.035	27.112	140.147	115.645	33.097	148.742
Despesas financeiras								
Despesa financeira de arrendamento	-	-	(28.319)	(75.248)	(103.567)	(29.209)	(85.841)	(115.050)
Despesa de juros com empréstimos	(277.661)	(315.490)	(277.661)	-	(277.661)	(315.530)	(117)	(315.647)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(4.532)	(51.132)	(55.664)	(3.576)	(31.432)	(35.008)
Despesa bancária	(682)	(8)	(1.297)	(5.996)	(7.293)	(3.348)	(655)	(4.003)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(1.541)	(8.940)	(1.787)	(2.389)	(4.176)	(9.512)	(6.677)	(16.189)
Variações Monetárias Passivas s/Tributos	-	-	(9.901)	(13.631)	(23.532)	(3.219)	(26.445)	(29.664)
Outras despesas	(683)	5.561	(7.366)	(16.624)	(23.990)	9.851	(23.694)	(13.843)
Total	(280.567)	(318.877)	(330.863)	(165.020)	(495.883)	(354.543)	(174.861)	(529.404)
Resultado financeiro	(239.967)	(248.245)	(217.828)	(137.908)	(355.736)	(238.898)	(141.764)	(380.662)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora				Controladora			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Contas a receber (a)	Dividendos a receber	Fornecedores	Dividendos a pagar	Contas a receber (a)	Dividendos a receber	Fornecedores	Dividendos a pagar
Ânima Holding	-	-	254	60.044	-	-	563	57.626
Sobepe	-	-	-	-	-	20.532	-	-
VC Network	-	215.816	-	-	-	267.020	-	-
IBCMED	28	940	-	-	9.569	940	-	-
DNA Capital	-	-	-	21.103	-	-	-	19.209
Outros	23	-	30	-	-	2.073	566	-
Total	51	216.756	284	81.147	9.569	290.565	1.129	76.835

Consolidado				Consolidado				
31/12/2024				31/12/2023				
Ativo	Passivo			Ativo	Passivo		Resultado	
Contas a receber (a)	Fornecedores	Dividendos a pagar		Contas a receber (a)	Mútuos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Receitas
Ânima Holding	-	33.839	60.044	10.841	-	13.633	57.626	2.196
Unimonte	866	520	-	279	-	318	-	-
FACEB	37	353	-	37	-	5.756	-	-
Politécnico	-	-	-	-	-	291	-	-
Catalana	5	89	-	-	-	640	-	-
Vidam	1.228	293	-	1.071	-	109	-	-
UNICURITIBA	687	43	-	2.375	-	172	-	-
Escola.I.StaCatarina	93	-	-	93	-	-	-	-
Rede	-	-	-	602	-	-	-	-
ASPEC	563	-	-	278	-	3.355	-	-
FADERGS	617	-	-	884	-	-	-	-
IBMR	2.773	-	-	12.237	-	-	-	-
SOCEC	861	-	-	1.110	-	-	-	-
UNIRITTER	3.060	-	-	13.382	-	-	-	-
DNA Capital	-	-	21.103	-	-	-	19.209	-
Outros	432	1	-	3.622	76	149	2.495	-
Total	11.222	35.138	81.147	46.811	76	24.423	79.330	2.196

(a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.

29.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	6.045	1.202

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	6.284	4.801

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) **Risco de liquidez** – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024:				
Fornecedores	155.056	-	-	155.056
Empréstimos, financiamentos e debêntures	268.461	266.405	2.400.203	2.935.069
Contas a pagar por aquisições	12.885	21.001	66.040	99.926
Arrendamentos a pagar	109.600	134.224	613.498	857.322
Em 31 de dezembro de 2023:				
Fornecedores	132.147	-	-	132.147
Empréstimos, financiamentos e debêntures	746.664	1.280.598	533.994	2.561.256
Contas a pagar por aquisições	20.929	22.733	34.467	78.129
Arrendamentos a pagar	214.150	336.093	1.170.176	1.720.419

(b) **Risco de crédito** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) **Contas a receber:** A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) **Instrumentos financeiros:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência *Fitch Rating* (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.264	86.850	94.324	139.617
Aplicações financeiras	6	508.042	436.511	810.850	744.056
Contas a receber	7	684	11	653.705	561.633
Contas a receber partes relacionadas	29	51	9.569	11.222	46.811
Adiantamentos diversos	8	661	555	26.072	26.920
Créditos com partes relacionadas	29	-	-	-	76
Total		569.702	533.496	1.596.173	1.519.113

(c) **Risco de mercado** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) **Risco de juros** - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 16.

30.2. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.022.747	2.042.661	2.022.747	2.042.673
Caixa e equivalentes de caixa	(60.264)	(86.850)	(94.324)	(139.617)
Aplicações financeiras	(508.042)	(436.511)	(810.850)	(744.056)
[A] Dívida líquida	1.454.441	1.519.300	1.117.573	1.159.000
Patrimônio líquido	1.673.317	1.606.295	3.488.887	3.467.551
[B] Dívida líquida + Patrimônio líquido	3.127.758	3.125.595	4.606.460	4.626.551
[A/B] Índice de alavancagem financeira	47%	49%	24%	25%

30.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, foi de 12,71% (12,26 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota	Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.029.160	2.022.747	2.000.000	2.042.661
Contas a pagar por aquisições	21	3.228	3.228	23.136	23.136
Total		2.032.388	2.025.975	2.023.136	2.065.797

	Nota	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.029.160	2.022.747	2.000.012	2.042.673
Arrendamentos a pagar	14	857.322	857.322	964.092	964.092
Contas a pagar por aquisições	21	71.566	71.566	69.090	69.090
Total		2.958.048	2.951.635	3.033.194	3.075.855

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contrapartes sem classificação externa de crédito	684	11	653.705	561.633
	684	11	653.705	561.633
Caixa e bancos				
Caixa	-	-	3	169
Bancos				
AAA (i)	54	11	15.450	40.009
AA+	-	-	1.426	6
A	-	-	162	169
A-	22	-	258	1.407
	76	11	17.299	41.760
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (i)	568.230	436.511	887.870	755.234
A+	-	-	5	-
A-	-	86.839	-	86.848
	568.230	523.350	887.875	842.082

(i) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 12,15% (divulgada pela CETIP), INPC – 4,77% e IPCA – 4,83% (divulgada pelo IBGE) e Selic – 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2024						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(508.042)	(61.727)	(77.159)	(92.591)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.022.747	245.764	307.205	368.646
Contas a pagar com aquisições	INPC	Alta do INPC	98 4	47	59	70
Contas a pagar com aquisições	IPCA	Alta do IPCA	2.244	108	135	163
Exposição líquida - perda			1.517.933	184.192	230.240	276.288

Consolidado						
31/12/2024						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(810.850)	(98.518)	(123.148)	(147.777)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.022.747	245.764	307.205	368.646
Contas a pagar com aquisições	CDI	Alta do CDI	9.811	1.192	1.490	1.788
Contas a pagar com aquisições	INPC	Alta do INPC	32.441	1.547	1.933	2.320
Contas a pagar com aquisições	IPCA	Alta do IPCA	2.244	108	135	163
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	116.132	14.226	17.783	21.339
Exposição líquida - perda			1.372.525	164.319	205.398	246.479

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Opção de compra de participação de acionistas controladores	(1.857)	(1.857)
Compra crédito tributário	-	25.399
Compensação crédito tributário x parcelamento	-	(13.676)